

Planejamento urbano e políticas públicas: reflexões sobre a dinâmica urbana da pequena cidade de Rio de Contas/BA.

Alexandre Custódio de Jesus Dias

Graduando em Geografia/UESB e Bolsista FAPESB

alexandrecjdias@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho trata-se da análise do espaço urbano de Rio de Contas, pequena cidade localizada ao sul do Território de Identidade da Chapada Diamantina na Bahia, sob a ótica do processo de urbanização e seus desdobramentos. Nesse contexto se inserem os sujeitos que completam o panorama urbano riocontense, no que diz respeito especificamente ao planejamento e políticas públicas: o papel do poder público, sobretudo, o municipal; a participação da comunidade nas discussões sobre o planejamento da cidade; e os instrumentos e perspectivas do processo de planejamento e gestão da cidade de Rio de Contas. No plano metodológico, este texto está fundamentado em pesquisas bibliográficas e documentais acerca da temática proposta, além da observação e análise da realidade urbana estudada, com base em trabalhos de campo. Ademais, o propósito é revelar se por trás das medidas de intervenção urbana, em qualquer que seja a dimensão, existe um planejamento de fato comprometido com a promoção do bem comum da comunidade em sua totalidade.

PALAVRAS-CHAVES: Cidade, Comunidade, Planejamento Urbano, Rio de Contas.

Introdução

O presente trabalho é resultado de reflexões acerca do planejamento urbano em uma pequena cidade. Trata-se da análise do espaço urbano de Rio de Contas, pequena cidade localizada ao sul do Território de Identidade da Chapada Diamantina na Bahia, sob a ótica do processo de urbanização e seus desdobramentos. Esses elementos que, a priori, compõem o cerne das abordagens seguintes, suscitam ainda a necessidade de desvelar a relevância de outros aspectos e agentes envolvidos no planejamento da cidade. No plano metodológico, o texto está fundamentado em pesquisas bibliográficas e documentais acerca da temática proposta, além da observação e análise da realidade urbana estudada, com base em trabalhos de campo

No contexto se inserem ainda os sujeitos que completam o panorama urbano riocontense, no que diz respeito especificamente ao planejamento e políticas públicas: o papel do poder público, sobretudo, municipal; a participação da comunidade nas discussões sobre o planejamento da cidade; e os instrumentos e perspectivas do processo de planejamento e gestão da cidade de Rio de Contas. A análise dessas nuances, somada a leituras e pesquisas aprofundadas acerca dos conceitos concernentes à temática apresentada, formam a estrutura do presente trabalho, o qual apresenta algumas respostas

sobre o intraurbano riocontense, mas, por outro lado, não dá conta, ainda, de propor soluções para seus conflitos, que são de ordem política, econômica e social.

Pensar o planejamento atual na cidade requer debruçar-se sobre a realidade local dos dias de hoje, considerando os diversos agentes inseridos na dinâmica urbana riocontense. Nesse sentido, para estabelecer as características da política cidadina local é importante apontar para as propostas de intervenção urbana dos governos municipal, estadual e federal, além de investigar o que, de fato, foi implantado na cidade, no que diz respeito às medidas voltadas para infraestrutura urbana.

Contudo, a identificação dessas políticas públicas elaboradas nos últimos anos precisa estar acompanhada de uma reflexão mais profunda que revele os reais interesses dos planejadores e, sobretudo, os interesses da comunidade como um todo. Além do mais, é fundamental destacar a participação da própria comunidade nesse processo e se ela está ou não articulada com a ação do poder público. Isso é importante porque a população, nessa abordagem, é entendida como elemento fundamental do processo de planejamento e gestão de uma cidade.

Em outras palavras, o propósito é revelar se por trás das medidas de intervenção urbana, em qualquer que seja a dimensão, existe um planejamento de fato comprometido com a promoção do bem comum da comunidade em sua totalidade. Essa é a essência de um planejamento que, enquanto instrumento de ordenamento do espaço urbano, deve também viabilizar a instituição da justiça social e visar a contemplação das demandas da sociedade, sobretudo da parcela menos favorecida.

Breves considerações sobre o planejamento urbano

Diante da aceleração do processo de urbanização, sobretudo no Brasil, o planejamento urbano a cada dia ganha mais importância no movimento e sistematização da dinâmica das cidades. De acordo com Duchrow (2004), a partir do início do século XX, instituiu-se uma nova lógica voltada para a organização dos elementos urbanos através da estruturação administrativa e técnica dos espaços. Outros autores, porém, concordam que esse processo é mais recente e ganhou evidência só por volta dos anos de 1970, quando o planejamento começou a ser alvo de críticas e objeções, como afirma Souza (2001), por exemplo.

A respeito do descrédito do planejamento urbano desse período, Souza afirma também que, segundo a crítica marxista, o termo era visto como um mero “instrumento da manutenção do *status quo* capitalista” (SOUZA, 2001, p. 26). Nesse contexto, observa-se que, igualmente aos outros processos urbanos, o planejamento também é submetido à lógica capitalista, ao passo que esse sistema avança.

Nesse sentido, com o surgimento de novas tendências políticas e econômicas cada vez mais amarradas à dinâmica do espaço urbano, o planejamento, enquanto instrumento estatal de intervenção e regulação do espaço urbano, se enfraquece e aprofunda ainda mais a sua crise. Sobre esse processo, Souza afirma que:

[...] a hegemonia da ideologia do neoliberalismo e a crise do *welfare state* representam um enfraquecimento (e não apenas uma transformação), tanto efetivo quanto ideológico, do planejamento, até então estreitamente associado a um Estado intervencionista. (SOUZA, 2001, p. 30).

Assim, observa-se que diante dessas novas morfologias políticas e econômicas, o planejamento se constitui muito mais como uma ferramenta aliada ao modo de produção capitalista, do que enquanto um aparato de propostas comprometidas com a promoção do bem-estar social. Concomitante a isso, Souza (2001) ainda reforça o mesmo raciocínio ao afirmar que, em 1970, o planejamento de Estado, baseado nos investimentos públicos, começa então a perder espaço para as tipologias mercadológicas desse instrumento.

Esse movimento é perigoso porque, ao passo que o planejamento é submetido aos ditames do capital, cada vez mais porções do espaço público urbano são destinadas à administração da iniciativa privada. Dessa maneira, os interesses políticos e econômicos de uma minoria são privilegiados, em detrimento das relações sociais que se estabelecem no meio urbano, sobretudo no que tange à parcela menos favorecida da sociedade.

Com efeito, fundamentado nas colocações de Souza (2001), essa abordagem teórica inicial sobre as críticas e a crise vividas pelo planejamento urbano serve para desvelar a complexidade e importância que esse elemento da dinâmica urbana assume no bojo das discussões que envolvem o objeto de estudo da Geografia urbana: o espaço da cidade.

A respeito do conceito, muitos autores concebem o planejamento urbano, de maneira bastante genérica, como sendo um conjunto de propostas que antecedem a implantação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida nas cidades. Em concordância com essas afirmações, Souza (2001) define o planejamento afirmando que ele é a “preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar

problemas e ampliar margens de manobra”. Para esse autor, é preciso que a tarefa de planejar seja precedida de um “esforço de imaginação do futuro”, ou seja, pensar o planejamento como um instrumento que antecede a elaboração e aplicação de políticas públicas futuras e que sejam viáveis. (SOUZA, 2001, p. 46-47).

Nesse contexto, aparecem outras contribuições importantes acerca do que vem a ser, de fato, o planejamento urbano. Para Duchrow (2004), por exemplo, diferentemente do urbanismo, que se trata de um termo mais ligado aos aspectos arquitetônicos das cidades, o planejamento urbano revela-se mais intrincado, incluindo a necessidade de se considerar as relações sociais que se estabelecem no meio urbano, além de pensar suas dimensões econômicas e políticas. Segundo a autora, o urbanismo é um produto, dentre tantos outros, do planejamento urbano. Na abordagem de Duchrow, o planejamento, por décadas, foi simplesmente associado à idéia de desenvolvimento urbano como modernização da cidade quando, então, foi denominado de planejamento físico-territorial. Acreditou-se que a solução para os conflitos urbanos estaria em alavancar o progresso e melhorias sociais com base nas intervenções no espaço físico, prática que marginalizava as relações mais intrínsecas à realidade das cidades. (DUCHROW, 2004, p. 28).

Por esse viés seguem também as idéias de Ferrari (2004), o qual afirma que, geralmente, o planejamento pode ser entendido como um processo de trabalho permanente voltado para elaboração de medidas com o objetivo de organizar e/ou potencializar a dinâmica urbana, ou seja, ele deve culminar em um conjunto de ações que contribua para a melhoria da qualidade de vida na cidade.

Nos moldes em que vive a sociedade contemporânea, Faria (2009) afirma que as novas tendências políticas, econômicas e, sobretudo, técnicas, convergem para o agravamento dos problemas presentes nas cidades. Esses novos processos exigem um planejamento que viabilize o melhor aproveitamento do espaço urbano, comprometido de fato com os aspectos socioculturais. Por outro lado, a verdade é que o planejamento não é uma prática ingênua, estando quase sempre ligado aos interesses de uma minoria. Comumente, os agentes planejadores usam esse artifício como estratégia para prolongar nas cidades suas ideologias políticas.

Esses aspectos estão em consonância com as deliberações do Estatuto da Cidade¹, aprovado no ano de 2001, teoricamente, com o propósito de estabelecer regras de caráter público e interesse social para regular o uso do espaço urbano em prol do bem coletivo,

¹ Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (BRASIL, 2001).

visando sempre a segurança e o bem-estar do cidadão. Além disso, essa iniciativa tinha o objetivo de organizar o pleno “desenvolvimento” da dinâmica urbana, mediante as funções sociais da cidade e garantindo à população serviços como: saneamento básico, transporte, lazer, trabalho e outros. Contudo, observando a realidade atual das cidades brasileiras, essas medidas não foram suficientes para fazer do planejamento urbano uma prática menos complexa e mais objetiva.

O que fica claro, com base nesses argumentos, é que o planejamento ainda é concebido de maneira essencialmente unilateral. Por isso, é importante a crítica a esses moldes de planejamento atuais que são, antes de tudo, contraditórios, no sentido de que o próprio planejamento trate-se de um instrumento de contenção dos problemas provocados pelos próprios planejadores, nesse caso o Estado.

Nesse sentido, compartilhando da idéia de Souza (2001), vale salientar que planejar a cidade e seu movimento, mesmo em menor escala, revela-se uma prática difícil, pois decorre de questionamentos sobre uma realidade urbana que está em constante processo de transformação.

A respeito das cidades brasileiras, Ferrari Júnior (2004) contribui afirmando que, historicamente, o papel do planejamento, numa postura puramente urbanística do ambiente construído, priorizou muito mais a organização territorial, construção arquitetônica e equipamentos urbanos, do que a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. Complementando, de acordo com Souza (2001), o conceito de planejamento deve estar sempre além do que se conhece como urbanismo e, nesse sentido, o autor afirma que:

Planejamento urbano (o qual deve, aliás, ser sempre pensado junto com a gestão, seu complemento indissociável) sugere, por conseguinte, um contexto mais amplo que aquele representado pelas expressões Urbanismo e Desenho Urbano. O planejamento urbano inclui o Urbanismo (ou o Desenho Urbano, como preferirem); o último é um subconjunto do primeiro. (SOUZA, 2001, p. 58).

Por esses aspectos é que o planejamento, enquanto instrumento de regulação e organização da dinâmica urbana, como exposto anteriormente, se faz indispensável ao “desenvolvimento” das cidades, considerando a consciência de se conceber o planejamento como um processo constante, desamarrado dos interesses de uma minoria. O planejamento por essa ótica deve confrontar assim o planejamento dos urbanistas, o qual é pautado

puramente no embelezamento das estruturas físicas, em detrimento das dimensões sociais e culturais. (DUCHROW, 2004).

O planejamento atual na pequena cidade de Rio de Contas

A abordagem que se propõe deve ser iniciada com um exercício de reflexão sobre as questões atuais imbricadas à pequena cidade. Nesse sentido, alguns questionamentos parecem bastante pertinentes: existe, de fato, planejamento urbano em Rio de Contas? Quais são os seus instrumentos e finalidades? A resposta para essas e outras eventuais indagações requer uma leitura e análise aprofundadas sobre o intraurbano riocontense, bem como da realidade de suas dimensões políticas, econômicas e, sobretudo, sociais.

Com uma dinâmica urbana sem grandes resultados, típica de cidade pequena, Rio de Contas também apresenta áreas com realidades bem distintas no que diz respeito à dotação de uma infraestrutura urbana adequada oferecida pelo Estado. A maioria dos elementos econômicos que compõem o panorama local encontra-se em um nível insipiente de “desenvolvimento”; o trabalho, majoritariamente, está ligado ao serviço público; além da baixa capacidade de oferecer os serviços básicos necessários à vida dos habitantes, tampouco outros mais especializados.

Atualmente, a cidade de Rio de Contas é composta por quatro áreas que nesse trabalho serão chamadas de bairros: o Centro da cidade, o bairro Sossego e os bairros Olaria e Vermelhão, esses dois últimos caracterizando a periferia menos favorecida da cidade, enquanto o Centro e o Bairro Sossego, visivelmente mais estruturados, a área onde residem as elites locais.

As propostas de planejamento urbano nos últimos anos estão representadas pela elaboração de dois planos diretores, ambos com abrangência municipal. O primeiro Plano Diretor Urbano (PDU) foi construído em 2004 e, por apresentar inúmeras inconsistências técnicas e metodológicas, não foi aprovado pela Câmara de Vereadores na ocasião. O segundo plano é mais recente. Denominado pela Prefeitura de Plano Diretor Participativo (PDP)², o instrumento começou a ser organizado em 2010 com o intuito de se transformar em uma ferramenta que desse ao poder público municipal respaldo legal para exercer a sua

² Até a conclusão desta pesquisa, o Plano Diretor Participativo (PDP) estava em processo de finalização, quando então passaria pela apreciação da Câmara de Vereadores de Rio de Contas. Por isso, não serão apresentadas neste trabalho as propostas e medidas elaboradas em tal documento.

política de intervenção urbana, além de viabilizar a captação de recursos para a elaboração e implantação da mesma. É o que aponta Ana Paula Soares³:

O PDP de Rio de Contas trata-se de um instrumento básico, visceral e fundamental. Ele é importante, hoje, para essa realidade de captação de recursos, de solução de conflito de interesses e de definição de melhores padrões de expansão urbana. (Entrevista com Ana Paula Soares, em novembro de 2010).

Segundo Soares, a construção do plano diretor foi baseada, dentre outros procedimentos, em levantamentos de campo, os quais foram denominados de leituras comunitárias e leituras técnicas. Com esses levantamentos foram elaboradas, considerando as demandas da comunidade, as propostas de medidas de intervenção para médio e longo prazos. Importante destacar que, nesse processo, buscou-se contemplar todas as áreas da cidade da maneira mais equilibrada possível. Assim:

Na elaboração do plano diretor procurou-se equalizar as demandas das diversas áreas da cidade, no sentido de que as propostas contemplassem a cidade em sua totalidade. Um aspecto importante a ser mencionado é que a população que mais participou dos processos de elaboração do PDP, foi a do bairro Vermelhão. Mesmo assim, não existe essa concepção de priorizar uma área em detrimento de outra. (Entrevista com Ana Paula Soares, em novembro de 2010).

O novo plano diretor pode ser visto como um documento importante, dentro das possibilidades de um governo que não permite o diálogo com a comunidade. Por outro lado, a ausência da população no processo de elaboração se institui como uma das principais deficiências do PDP. O plano diretor deve ser pensado enquanto um acordo entre todos os setores sociais do município; quando algum desses setores não participa das discussões, o resultado estará comprometido. Mesmo assim, a idealização de um plano diretor para o município é um passo significativo.

Contudo, os planos diretores sozinhos não representam o planejamento urbano, mas são mais um instrumento do processo. Isso porque eles revelam o interesse dos agentes envolvidos no planejamento para que haja, pelo menos, um conjunto de diretrizes que oriente a organização e ordenamento do espaço intraurbano riocontense.

Com efeito, a cidade de Rio de Contas atualmente apresenta conflitos que são reflexo justamente da falta de uma política urbana ágil e comprometida de fato com a

³ Ana Paula Soares é moradora de Rio de Contas, foi secretária municipal de meio-ambiente entre 2009 e 2010 e coordenou a elaboração do Plano Diretor Participativo do município.

promoção da justiça social. A ausência de destreza administrativa e de uma visão de planejamento eficiente e tecnicamente eficaz cria sérios problemas que, dificilmente, serão corrigidos.

Assim, com exceção da elaboração do Plano Diretor Participativo, o que está em evidência, diante de todo esse levantamento, é que atualmente não existe em Rio de Contas um planejamento urbano, entendido como instrumento de organização do espaço, como aponta Souza (2001). Na verdade, o que tem sido realizado são medidas aleatórias, políticas de intervenção sem um plano de ação com visão de longo prazo. Muitas dessas políticas públicas, inclusive, são instaladas, geralmente traduzidas em equipamentos urbanos e não atendem todas as áreas da cidade em um balanço equilibrado.

As políticas públicas elaboradas e a comunidade riocontense

Da observação do espaço urbano riocontense é possível perceber a existência de algumas medidas de intervenção do poder público, sobretudo no que se refere à infraestrutura urbana local. Mesmo assim, o balanço entre as políticas públicas implantadas e o que ainda precisa ser feito revela-se em desequilíbrio, uma vez que as intervenções não correspondem suficientemente ao que demanda a cidade.

Somada à insuficiência de políticas públicas no espaço urbano de Rio de Contas, está o fato de que as medidas elaboradas não atenderam todas as áreas da cidade de maneira justa. Apesar das intervenções realizadas até hoje, há bairros que ainda não contam com o mínimo de infraestrutura e outros serviços básicos indispensáveis à vida dos seus moradores.

Nesse contexto, os bairros Olaria e Vermelhão são os maiores expoentes, no que se refere ao descaso político, o que maximiza os conflitos já existentes nessas áreas. Por outro lado, o Centro e bairro Sossego, nos últimos anos, foram os mais favorecidos com medidas de intervenção urbana, o que contribuiu para uma estruturação mais organizada de ambos. (Quadro 1).

Quadro 1			
Rio de Contas			
Políticas públicas estatais implantadas na cidade, 1980 – 2010.			
Política pública	Década	Área/Bairro	Governo
Construção do bairro Sossego.	1980/1990	Sossego	Municipal/Estadual

Construção do bairro Olaria.	1990	Olaria	Municipal
Obras de drenagem.	1990	Centro	Municipal
Construção de ginásio de esportes.	1990	Sossego	Estadual
Pavimentação de ruas.	1990	Centro/Sossego	Municipal/Estadual
Construção do hospital municipal.	1990	Sossego	Municipal/Estadual
Reforma da Praça da Matriz.	2000	Centro	Municipal
Construção da Praça do Landim.	2000	Centro	Municipal/Estadual
Construção do Colégio Estadual Carlos Souto	2000	Sossego	Municipal/Estadual
Implantação de rede de esgoto	2010	Centro/Sossego/Vermelhão	Estadual
Pavimentação do bairro Vermelhão	2010	Vermelhão	Municipal/Federal

Fonte: Pesquisa de campo, Nov./2010 – Arquivo Municipal de Rio de Contas.

Organização: Alexandre Dias.

Por outro lado, os moradores dos bairros Vermelhão e Olaria, vistos como pobres, ainda sofrem com a carência dos equipamentos mais básicos. Além das deficiências na infraestrutura, essas áreas não contam com a presença de um posto de saúde, por exemplo. Na verdade, para que a população tenha acesso a esse e outros serviços básicos, é preciso se dirigir ao Centro ou ao Bairro Sossego. Nesses bairros também não existem praças, escolas, bibliotecas e os serviços, quando disponibilizados, são geralmente precarizados, como a pavimentação e a drenagem pluvial que ainda não abrangem todas as áreas.

Com efeito, a cidade de Rio de Contas apresenta uma realidade bastante desigual no que tange à estrutura dos seus bairros. A observação do espaço urbano riocontense revela a predominância de serviços e equipamentos urbanos e sociais instalados no Centro e no bairro Sossego, respectivamente. Compreendidos nos domínios dessas áreas estão escolas, órgãos públicos, hospital e posto de saúde, além da maior parte do setor de comércio e serviços. Por outro lado, os moradores do Vermelhão e Olaria além de não contarem com esses equipamentos nos seus bairros e do difícil acesso aos mesmos, ainda convivem com a precariedade dos serviços que lhes são disponibilizados. (Figura 1).

Mormente, esses são problemas que dificilmente serão sanados, enquanto não houver uma mudança positiva na postura tanto da comunidade, quanto do poder público municipal. Essa mudança significa criar, da parte dos administradores, um ambiente

favorável em que prevaleçam os interesses da população e, por parte da comunidade, fazer valer seus direitos mediante a reivindicação dos mesmos.

Os bairros Vermelhão e Olaria são a evidência de que o padrão que a implantação das políticas públicas seguiu em Rio de Contas trata-se de uma prática tendenciosa e impregnada por interesses de pequenos grupos que dominam o poder local. Esse contexto fica ainda mais claro mediante a observação dos espaços de ocupação predominante da elite local, caso do Centro e do Bairro Sossego, os quais são visivelmente mais estruturados e organizados. Essas áreas ao longo dos últimos vinte anos foram indubitavelmente mais favorecidas pelas administrações, no que se refere à elaboração e implantação de políticas públicas, especialmente de infraestrutura.

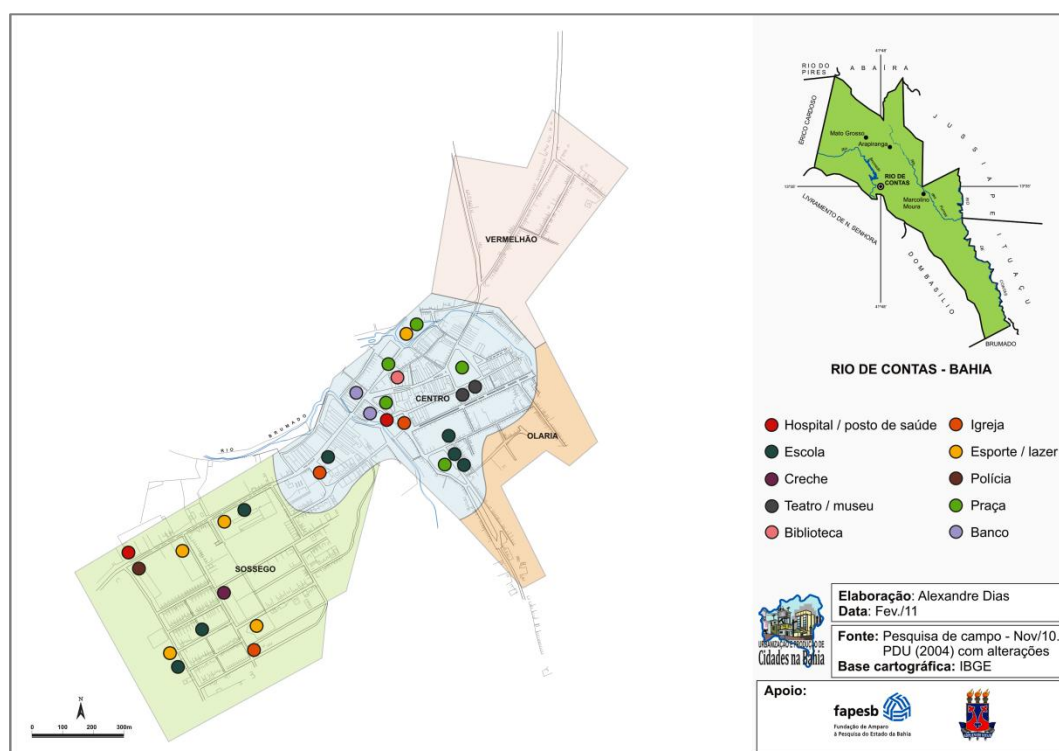


Figura 1: Rio de Contas, distribuição dos equipamentos urbanos, 2011.

Planejamento e transformações na cidade de Rio de Contas

A cidade de Rio de Contas ao longo dos anos vem passando por inúmeras transformações e o papel do planejamento urbano nesse processo tem sido fundamental. A maneira como foi constituída a organização e gestão do espaço urbano riocontense, desde sua fundação, provocou muitas alterações no seu espaço urbano, com reflexos nas diversas áreas da cidade, sobretudo na periferia pobre.

Durante um longo período, a cidade esteve a mercê de administrações onde prevaleceram o coronelismo e os interesses partidários de uma minoria, em detrimento do compromisso com a comunidade. Por isso, os conflitos observados no intraurbano hoje são também reflexos de políticas públicas mal elaboradas que sempre atenderam primeiramente uma pequena elite local, em detrimento da população de baixa renda, geralmente instalada nos bairros mais distantes e que não contam com nenhum tipo de infraestrutura.

Outro aspecto importante nesse contexto é, novamente, a falta de interação e diálogo entre poder público e comunidade. Esse processo permitiu e ainda permite que seja perpetuada a prática que exclui a sociedade do planejamento e gestão da cidade, comum nos grandes, médios e, sobretudo, nos pequenos centros urbanos, onde esses conflitos são mais latentes e perceptíveis por causa da escala reduzida. Não obstante, esse processo assegura aos detentores do poder a garantia de cumprimento dos seus interesses, no qual o descompromisso com os problemas da cidade, bem como do seu planejamento, visto como possível solução dos seus conflitos, apresentam-se como fatores determinantes para a instituição de um panorama urbano conflituoso.

É evidente que a cidade está passando por profundas transformações no seu intraurbano. No entanto, essas mudanças são engendradas justamente pela falta de organização na política urbana local, cujo seu principal motor são os conflitos de interesses dos diversos grupos sociais que constituem o meio urbano riocontense. As alterações pelas quais a cidade passa deveria, ao contrário desse processo, ser resultado de ações voltadas para o seu planejamento, no sentido de organizar e potencializar a uma política urbana onde prevaleça a atenção aos interesses da comunidade e seu bem-estar. Também não é possível conceber o planejamento urbano sob essa perspectiva idealizada, até porque ele não se trata de um elemento neutro, como afirma Souza (2001).

Então, a política urbana, que não é um processo ingênuo e, nesse caso está prenhe de interesses de um pequeno grupo dominante, além de alterar profundamente a dinâmica da cidade, instala conflitos no seio de uma sociedade que não se reconhece como elemento constituinte desse processo. Nesse sentido, ao passo que os espaços da cidade são submetidos às diversas transformações, via planejamento ou não, a população deve igualmente se transformar, no sentido de politização e compreensão do seu papel na dinâmica urbana local.

Com efeito, Rio de Contas tem seus desafios, sobretudo no que se refere à maturidade política tanto dos que se propõem ao seu governo, quanto da própria

comunidade. Essas questões são indispensáveis para a construção de uma realidade urbana em que os interesses da comunidade sejam considerados como prioridade quando da tomada de decisões e mediadas de intervenção no espaço intraurbano local.

No que se refere especificamente ao planejamento e gestão urbanos, para a construção de um panorama diferente, em que a sustentabilidade seja algo realmente concebível, os caminhos possíveis são igualmente desafiadores. Na verdade, a busca por alternativas para a manutenção do planejamento urbano deve ser uma constante na construção e instituição desse equipamento ao qual, via de regra, é atribuída a capacidade de normatizar e sistematizar as práticas urbanas das dimensões sociais, políticas e econômicas que compõem o espaço intraurbano.

Em verdade, no seu sentido mais amplo, o termo gestão deve congrega, substancialmente, povo e poder público. Esse processo é importante porque viabiliza a construção de um ambiente favorável ao diálogo dos pares que constituem a dinâmica de uma cidade. Nesse contexto, também é fundamental que sejam estreitas as relações estabelecidas no meio urbano, por mais difícil que isso possa parecer.

Para a população da cidade, também estão postos os caminhos a serem seguidos. Nesse sentido, o respeito pelas tradições e história e a responsabilidade da sociedade civil e política para com os diversos setores do espaço urbano riocontense são perspectivas de importante relevância para uma reforma urbana positiva, diferente dos moldes atuais.

Nesse sentido, tanto quanto a comunidade, o Estado desempenha um papel fundamental nesse processo, enquanto agente político, econômico e social para a constituição do panorama urbano de Rio de Contas. Para tal, o poder público local deve assumir uma postura voltada para a busca de medidas que sejam capazes de melhorar a qualidade de vida população em geral, sem que haja distinção de condição social. Todavia, na prática, isso está longe de ser alcançado, sendo a cidade em estudo mais um caso que revela a própria lógica do planejamento urbano brasileiro, no contexto do capitalismo contemporâneo.

Considerações finais

O espaço urbano é substancialmente prenehe de conflitos, contradições e lutas que se materializam e transformam a cidade, ao passo que o próprio espaço é produzido e reproduzido mediante relações políticas, econômicas e sociais que nele se estabelecem.

Tanto quanto os grandes e médios centros urbanos, as pequenas cidades merecem uma pesquisa bem elaborada, sobretudo pelo importante papel que essas tipologias de áreas urbanas têm assumido ao longo dos últimos anos na rede urbana, sobretudo baiana, mediante o avanço das relações capitalistas, que não se limitam às questões da escala espacial.

Nesse sentido, a abordagem teórica proposta neste trabalho dá conta de esclarecer os conceitos tidos como chaves para o entendimento das influências da urbanização na pequena cidade e o processo de planejamento da cidade, entendido também como um desdobramento do próprio processo de urbanização. Por outro lado, o limite dessa leitura apresentada assenta-se na impossibilidade de pensar o planejamento urbano como uma solução para os conflitos que surgem no espaço urbano ao passo que se relacionam agentes políticos, econômicos e sociais, envolvidos nessa dinâmica. Com efeito, o planejamento urbano não passa de um conjunto de ideologias se não houver uma mudança na postura de todos os setores da sociedade.

Há ainda outras limitações. Este trabalho, apesar de sinalizar alguns caminhos para uma possível mudança positiva da realidade riocontense, também não propõe a solução dos conflitos observados no seu espaço urbano. Porém, isso não significa dizer que a análise presente neste texto é vazia, mas ao contrário, a leitura construída ao longo dele revela nuances importantes da dinâmica urbana da pequena cidade, no âmbito do planejamento e gestão da mesma, ao considerar as transformações pelas quais passam tanto o espaço, quanto a sociedade.

A propósito, especificamente, da lógica do planejamento urbano na cidade de Rio de Contas, durante a elaboração deste texto foi possível observar que o modelo local de gestão e ordenamento do espaço urbano foi historicamente marcado mais por questões político-partidárias do que pela participação da comunidade nesse processo.

Essa questão da participação popular no planejamento e gestão da pequena cidade é uma reflexão importante. O que se conclui é que tal dimensão só veio ser considerada recentemente, na elaboração do Plano Diretor Participativo do município. Mesmo assim, se deu de maneira muito incompleta, em que não foram envolvidos nas discussões todos os setores da comunidade riocontense. Observou-se ainda que os movimentos sociais urbanos locais estão desarticulados, aspecto evidenciado na pouca participação das pessoas nas audiências públicas realizadas na elaboração dos planos diretores tanto de 2004, quanto de

2010. Nessas audiências estavam presentes sempre os mesmos indivíduos, em sua maioria, pessoas ligadas aos próprios grupos que administram a cidade.

Nesse contexto, o poder público municipal, enquanto representante do Estado, desempenha um papel fundamental e, ao mesmo tempo, controverso. Evidentemente, a questão da atuação do Estado na dinâmica urbana conduz para a relevância de sua responsabilidade que é a de, teoricamente, promover a melhoria da qualidade de vida na cidade, incentivando a economia, gerando emprego e renda, atuando na educação e saúde e ponderando as demandas e necessidades da realidade local. Entretanto, na prática, essa responsabilidade é claramente negligenciada.

A proposta que deveria ser baseada em um planejamento, enquanto ação estatal, que atendesse aos interesses comuns de todos os indivíduos inseridos na dinâmica urbana local, desconsiderando as fragmentações sociais que existem no meio urbano, continua sendo, diante do contexto atual, algo distante de ser alcançado.

Por outro lado, a política urbana que em Rio de Contas se apresenta em profunda instabilidade, não isenta a cidade de passar por transformações, mas, pelo contrário, engendra ao espaço urbano local uma série de problemas que alteram o cotidiano dos moradores, no sentido de que maximiza os conflitos existentes, sobretudo das áreas e dos bairros menos favorecidos. Na verdade, as deficiências técnicas e administrativas na condução das questões urbanas em Rio de Contas, impedem que haja de fato um planejamento eficiente, que seja crítico o suficiente para promover na cidade uma mudança positiva da condição de parcela maior da população.

Portanto, a leitura dessa conjuntura atual que vigora no espaço urbano de Rio de Contas permite afirmar que o que está posto para a realidade da cidade não pode ser chamado ainda de planejamento urbano, se for considerada sua essência primordial de, contrariando os modelos do planejamento capitalista, um instrumento de transformação da realidade da cidade e do município.

Então, a perspectiva que se abre é, evidentemente, o exercício de pensar um modelo de planejamento urbano que, ao mesmo tempo em que atenda as demandas das pequenas localidades, sobretudo, também seja exequível em uma dinâmica urbana em que o capitalismo é quem dita as regras.

A sociedade, imbuída nesse processo, tem o papel fundamental de suscitar uma transformação da realidade que está posta, com o propósito de promover a melhoria da sua própria condição. Por outro lado, esse é um ponto de chegada que ainda está longe de ser

alcançado, justamente porque é preciso que a própria sociedade se transforme, tornando-se mais crítica e presente nas discussões que envolvem as questões urbanas. Esse ambiente, porém, deve ser construído em uma via dupla, em que prevaleça o diálogo entre poder público e comunidade.

É importante salientar ainda que atribuir ao planejamento urbano a solução dos conflitos da pequena cidade, não significa que esse exercício seja algo inconsciente e incompleto, mas, ao contrário. Tal instrumento pode e deve ser considerado como mais uma ferramenta essencial na busca pela justiça social e democratização dos processos urbanos, desde que esse pensamento esteja acompanhado de uma reflexão dos limites que o envolvem. O problema está na ideia reducionista de que o planejamento sozinho, sobretudo em vista da dinâmica atual, será capaz de promover na cidade uma mudança positiva da realidade.

Sendo assim, o planejamento que, dentre tantos outros, é mais um desdobramento do processo de urbanização, apresenta-se igualmente complexo. Os seus limites, desafios e potencialidades são os aspectos que fazem do próprio planejamento um instrumento de grande relevância na dinâmica política, econômica e, sobretudo, social do espaço intraurbano, enquanto meio e condição da produção e reprodução do cotidiano.

Referências bibliográficas

BRASIL, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>, acesso em outubro de 2010.

DUCHROW, Alina D'Alva. **Participação social no planejamento gestão urbano: o orçamento participativo de Olinda**. 2004. 178f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente) UFCE – Fortaleza/CE, 2004.

FARIA, Leonardo. Planejamento estratégico, Estatuto da Cidade e plano diretor: métodos e instrumentos de organização e gestão do espaço urbano. In: **Caminhos de Geografia**. Uberlândia v. 10, n. 32, 2009, p. 162-170.

FERRARI JÚNIOR, José Carlos. Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. In: **Revista Estudos Geográficos**, Rio Claro, 2004. p. 15-28.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade. Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.